

D. Pedro II, o Oriente e os protestantes: o Imperador viajante e religioso em perspectiva

D. Pedro II, the East and the Protestants: the traveling and religious Emperor in perspective

*Magno Paganelli de Souza**

Resumo

Este artigo aplica conhecimentos teórico-metodológicos às leituras de relatos de viagens, utilizados em pesquisas sobre personagens oitocentistas e suas narrativas, concentrando-se no diário pessoal, escrito pelo então Imperador D. Pedro II, em sua viagem à Terra Santa, no ano de 1876. Acrescentamos novos elementos sobre a perspectiva do estabelecimento dos alemães na Palestina, pela primeira vez desde as Cruzadas. Na ocasião, o Imperador se tornou o primeiro elo político-religioso entre o Brasil e a região, embora sua viagem fosse de caráter não oficial. Delimitamos o trecho Oriental da segunda viagem internacional (de três), propriamente no trecho da Palestina ou Terra Santa, para onde viajou com motivação pessoal de ordem religiosa. Em seguida, traçamos um perfil procurando entender o religioso em diálogo com outras formas de pensamento, ao reunirmos informações esparsas sobre o relacionamento do Imperador, especialmente com os protestantes.

Palavras-chave: D. Pedro II. Narrativa e diário de viagem. Terra Santa-Palestina. Protestantes.

Abstract

This article applies theoretical-methodological knowledge to the readings of travels' reports, used in research on eighteenth-century characters and their narratives, focusing on the personal diary written by the then Emperor D. Pedro II on his trip to the Holy Land in 1876. We add new insights into the prospect of establishing the Germans in Palestine for the first time since the Crusades. At the time, the Emperor became the first political-religious link between Brazil and the region, although his trip was unofficial. We delimit the Eastern stretch of the second (of three) international voyage, properly in the stretch of Palestine or Holy Land, to where it traveled with personal motivation of religious order. Next, we draw a profile seeking to understand the religious in dialogue with other forms of thought as we gather sparse information about the Emperor's relationship, especially with Protestants.

Key-words: D. Pedro II. Narrative and travel diary. Holy Land-Palestine. Protestants.

* Doutor em História Social (FFLCH-USP). E-mail: paganelli.magno@gmail.com.

Introdução

Há algumas décadas, a literatura de viagem tem sido explorada como rica fonte de pesquisa historiográfica. Encontrada em escritos de estilos variados e produzida por viajantes levados por motivações as mais distintas, agrupa quadros realísticos, registros do cotidiano, estilos híbridos, ou narrativas totalmente ficcionais sobre as sociedades visitadas.

No período oitocentista, quando as rotas marítimas e um nascedouro circuito de comércio e serviços se formavam no entorno dessas rotas e destinos, uma vasta e variada produção material foi acumulada. Para o bem ou para o mal, o retrato que viajantes, europeus em sua maioria, produziram de povos, localidades e dinâmicas sociais, por vezes, foi uma caricatura do real e deu origem a uma espécie de narrativa oficial, quando não, uma invenção do outro, do exótico, do distante e inacessível.¹ Essa produção material, que se deu na forma de escritos, gravuras, coletas e outros meios, tem apresentado indícios aos pesquisadores e a sua interpretação fornece base para novas pesquisas que permitem trazer ou recriar do passado os quadros que auxiliam na compreensão das relações e das construções sociais ocorridas em cada período. Algumas vezes, elas servem para explicar (ou teorizar) os efeitos produzidos no presente com suas dinâmicas, estereótipos, fracassos e sucessos.

O presente artigo explora o sentido inverso (a contramão) de parte dos estudos sobre viajantes oitocentistas no Brasil, uma vez que não se concentra nos europeus que para cá vieram naquele século. Fizemos o caminho inverso: tomamos um personagem local e o seguimos na viagem que fez para o Oriente Médio. Esse personagem é D. Pedro II (1825-1891), o segundo e último Imperador do Brasil. Em sua segunda (de três) viagem internacional que durou dezoito meses, de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877, depois de ter passado pelos “Estados Unidos, Canadá, um trecho da Ásia, parte da África, Europa (Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Rússia, Turquia, Grécia, Áustria, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal) e, especialmente, seis semanas em Paris” (Schwarcz, 1998, p. 552) e Escandinávia, partiu para o Levante (Líbano, Síria e Palestina) a fim de realizar a sua tão sonhada visita à Terra Santa. A base para a investigação da viagem será a publicação que Reuven Faingold fez do Diário² escrito pelo próprio Imperador, sobre o qual aplicaremos os procedimentos teóricos e metodológicos, como seguem.

Em tempo, embora utilizando obras e artigos, o presente texto preenche uma lacuna na biografia bastante explorada de D. Pedro II porque destaca dois aspectos pouco considerados de sua pessoa: a produção material, como viajante para a Palestina, e o perfil, ou a motivação religiosa pouco considerada na maioria das obras produzidas sobre o Imperador. Assim, entre os principais textos visitados sobre o personagem, encontramos o seguinte quadro:

Schwarcz dedicou espaço à segunda viagem e disse que, após a “visita oficial à Exposição Universal da Filadélfia, levaria a imperatriz às águas de Gastein para um tratamento. Depois iria até Jerusalém” (Schwarcz, 1998, p. 552). Seis páginas depois, diz que “em novembro de 1876 alcançaram o Oriente”. Anteriormente, havia indicado que “após a viagem à Itália, o imperador parte para o Oriente – Palestina e Ásia Menor – e é no Egito que se faz fotografar, todo vestido de negro, em contraste com as pedras e a areia” (Schwarcz, 1998, p. 545). Finalmente, a autora propõe uma Cronologia da vida de D. Pedro, onde há entradas indicando duas viagens ao Oriente, uma em 1871 e outra em 1876 (Schwarcz, 1998, p. 792-3).

José Murilo de Carvalho dedicou ao tema dois capítulos, “O imperador ianque” e “Neto de Marco Aurélio” (Carvalho, 2007, p. 157-172), em que descreve as viagens internacionais, especialmente a segunda, concentrando-se no trecho inicial nos Estados Unidos e, parcialmente, na Europa. De lá, após a longa estada na França, Carvalho diz que o monarca retornou ao Brasil a 26 de agosto de 1877 (Carvalho, 2007, p. 172). Na cronologia dos eventos da vida de D. Pedro II, informa as datas corretas para a segunda viagem; mas, como itinerário, repete os Estados Unidos e Europa, omitindo completamente o trecho do Oriente Médio: Líbano, Palestina e Egito (Carvalho, 2007, p. 255).

Mesmo Oliveira Lima (1896), em duas de suas obras, não lidou com o assunto, ainda que o Diário de D. Pedro II pudesse ser objeto de sua pesquisa para “Aspectos da Litteratura Colonial Brasileira”, e o período coberto encerra-se antes do correspondente ao nosso biografado. Em outra obra de Oliveira Lima, “O Movimento da Independência” (1922), o período coberto é posterior ao período das viagens.

Lídia Besouchet (1993), em *Pedro II e o Século XIX*, é quem deu maior atenção ao aspecto religioso, traçando uma ampla ascendência intelectual que influenciou a religiosidade autônoma de D. Pedro. Sobre seu esforço na direção do aprendizado das ciências, sua divulgação e estabelecimento no Brasil, Besouchet,

como todos os autores, são unânimes em reconhecer a enorme carga de iniciativas, patrocínios e investidas do Imperador.

Sobre os variados aspectos religiosos envolvendo o Imperador, seja em caráter político ou social, está a obra de David Gueiros Vieira, *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. O trabalho de Vieira (1980) penetra as instâncias do poder e suas ramificações e entranhamentos, como a presença de padres e políticos maçons e a resistência que o grupo fazia ao conservadorismo católico, frente às iniciativas de modernização no país, associadas à presença ou penetração protestante próxima ao centro do poder, vista com bons olhos por parte da elite e da classe política (como, eventualmente, por católicos jansenistas pró-reformas).

Por fim, a mais recente obra, *As viagens de D. Pedro II – Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876*, do historiador Roberto Khatlab (2015), especialista em emigração e migração libanesas. Esse autor se concentrou nas duas viagens que passaram pelo Oriente Médio e África do Norte. A fonte documental é farta, incluindo consulta a material inédito no Brasil. Khatlab optou por uma apresentação diferente de Faingold (v. Khatlab, 2015, p. 29, nota 3), intercalando sua narrativa aos registros feitos por D. Pedro II. Faingold reproduziu o Diário e fez anotações em notas de rodapé. Ainda em relação a Faingold (1999), as anotações feitas por Khatlab (2015) carregam uma abordagem sociológica mais intensa, enquanto Faingold (1999) parece ter dado maior atenção a aspectos geográficos e arqueológicos nos comentários que fez. Khatlab (2015) também me pareceu mais sensível aos aspectos religiosos envolvidos nas anotações do Imperador, não que Faingold (1999) estivesse desatento a isso.

As demais obras consultadas para compor este artigo, por não tratarem de trabalhos específicos sobre D. Pedro II (embora nos levem a ele), serão indicadas em notas de rodapé, à medida que forem citadas, e os artigos serão arrolados nas Referências.

1. A literatura de viagem e suas peculiaridades

Vai longe a origem dos relatos de viagem. No decorrer de minha pesquisa de doutoramento encontrei o relato de Mukaddasi, o hierosolimita, considerado historiador pelo tradutor da obra para o inglês. O texto data do século X e, a partir daquela obra, surgiu um novo narrador: aquele que dá seu ponto de vista sobre o

que observa. Mukaddasi³ percorreu a Palestina árabe. No prefácio de sua narrativa ele escreveu:

Tenho devotado a mim mesmo a essa Ciência da Geografia que, aliás, da parte de outros, tem sido tão negligenciada; e, embora possa ser de maneira superficial, eu tenho constantemente estudado a arte da mesma, e tenho em mente escrever uma descrição de todos os países do Islã. (Mukaddasi, 1896, p. iv; trad. livre)

O relato de Mukaddasi é amplo e varia entre descrições geográficas e arquitetônicas, além da rotina dos príncipes, das cortes entre os juizes e da sociedade em geral. Ele pesquisou a tradição dos estudiosos entre os ascéticos e os filósofos sufis, entre os “retóricos e rapsodistas” (Mukaddasi, 1896, p. v), isto é, aqueles que faziam uso da retórica e da linguagem entusiasticamente. Por onde passou, procurou aprender a cultura, experimentar a culinária de cada povo, ouvir suas histórias, caminhar com eles e medir as distâncias entre localidades; falar os dialetos de cada nação, aprender as diferenças entre os climas e iniciar-se nos ritos secretos de cada seita religiosa, entre outras experiências (Mukaddasi, 1896, p. v). Nesse sentido, compôs uma obra sistemática, cujo resultado difere muito dos itinerários anteriores.

Entre esses relatos anteriores, que têm alguma relevância, está o *Itinerarium Burdigalense* (Itinerário de Bordeaux),⁴ também conhecido como o *Itinerarium Hierosolymitanum* (Itinerário de Jerusalém), o mais antigo itinerário cristão conhecido. Foi escrito por um peregrino anônimo, da atual Bordeaux, na França (Hunt, 2003). Ele conta a viagem do escritor à Terra Santa, entre os anos de 333 e 334 (Elsner, 2000), enquanto viajava por terra, cruzando o Norte da Itália e o Danúbio, rumo a Constantinopla, avançando pela Ásia Menor e Síria, até chegar a Jerusalém. Nas margens do relato ele deu informações superficiais sobre as cidades por onde passou. Embora tenhamos conhecimento de um Itinerário anterior ao de Bordeaux (início do séc. III), o *Antonini Itinerarium*⁵ (Itinerário do [Imperador] Antonio [Pio]),⁶ – maior e mais complexo, o *Itinerarium Burdigalense* é único, ao combinar “dois gêneros textuais [...] porquanto esse não consiste simplesmente em uma lista com locais e distâncias, mas contém também uma descrição de locais da *Palestina* – o autor do itinerário, ademais, alude a passagens bíblicas quando trata da região” (Sartin, 2014, p. 295).

Entre os ocidentais, numerosos portugueses católicos empreendiam peregrinações para a Terra Santa. Na Europa, eram chamados “*palmers*, em inglês; *palmieri*, em italiano; *palmeros*, em castelhano; *palmarii*, *palmati*, *palmares*, em latim bárbaro [...] *Palmeiro* tornou-se, sobretudo, o peregrino da Terra Santa, por trazer de lá uma palma”, como indica Mario Martins S. J. (1957, p. 125), medievalista português, que trabalhou com fontes latinas da Idade Média. Houve, evidentemente, na ascendência de D. Pedro II (que era carioca), um português ilustre que foi a Terra Santa. Trata-se do Conde D. Henrique, “conforme diz o Livro Preto: *usque ad venham Comitibus de Jerusalem ubi erat*. Isto é: até à vinda do Conde, de Jerusalém, onde ele estava. E a *Crónica dos Sete Reis* repete a mesma notícia” (Martins, 1957, p. 132), adicionando a história de que D. Henrique teria recebido uma relíquia: nada menos que um braço de Lucas, o Evangelista:

E em esta sazom, amdamdo a Era MC e xli anos [ano 1561], foy ele à Casa Sancta de Jerusalem. E quando de lá veyo, trouxe muytas reliquyas de Santos. Antre as quaes, quando chegou por Constantinopla, soube que avya hi hum braço de S. Lucas Avanjelista. Por sua bondade lho derom”. Foi talvez por causa disto que na Idade Média chegou a correr a lenda de o nascimento de D. Afonso Henriques *aver sydo no Ultramar e bautizado no ryo Jurdao*. (Martins, 1957, p. 132; foi preservada a grafia original)

Para a historiografia brasileira, e também em geral, dependendo dos recortes cronológico e temático que o pesquisador adotar, a literatura de viagem, embora objeto de pesquisa em anos recentes, constitui, ainda, *fonte* vasta, e por vezes única, das informações históricas: “Atividades cotidianas, organização urbana ou vida íntima” (Torrão Filho, 2010, p. 58) são frequentemente encontradas, tanto no trato da realidade dos séculos XVIII ao XX, como em relação à sociedade brasileira e de outras partes, quanto do Oriente Médio. Lá e cá, os autores de literatura de viagem registraram as rotinas comerciais, o trânsito da economia internacional e a exploração colonial, como indicou a historiadora Karen Macknow Lisboa (2011, p. 62). O relato analisado pela autora, de “Moritz Schanz, comerciante e viajante diletante”, reúne o itinerário pretendido aos assuntos cotidianos dos brasileiros do Rio de Janeiro, em “uma combinação entre o relato clássico de viagem, em que o deslocamento físico através do espaço orienta a descrição, intercalados por momentos de reflexão e síntese, e um estudo de cunho por assim dizer sociológico” (Lisboa, 2011, p. 63).

Pela vasta produção, seja ao longo de séculos, seja pelo volume já produzido e pela aceitação popular, relatos de viagem estabeleceram um perfil

específico. A partir de teóricos que pesquisou, o historiador Torrão Filho indicou a literatura de viagem como um *gênero* literário já consolidado, com estilo e estrutura interna próprios, o que lhe confere especificidades as quais o historiador deve captar, a fim de extrair dessa literatura o material para compor sua pesquisa (Torrão Filho, 2010, p. 37-38) e recompor a história. Se questionarmos sobre a marca principal da literatura de viagem, sobre o que é determinante na constituição do seu *gênero*, temos em Lisboa a seguinte definição: “*grosso modo*, o deslocamento do autor pelo espaço físico, por tempo determinado, implicando um retorno ao ‘seu’ lugar de origem e a transformação do observado e do vivido em narrativa” (Lisboa, 2011, p. 82; ênfase no original). Mas ela faz a ressalva de que tal definição não esgota as possibilidades. Há autores que se estabeleceram no destino e ali viveram o resto de suas vidas, como Stefan Zweig e sua esposa Lotte (suicidaram-se no Rio de Janeiro em 1941) e (Santa) Paula, que depois de uma peregrinação que durou dois anos e após viver cerca de 20 anos em Belém, na atual Cisjordânia, morreu ali, aos 56 anos de idade, no ano 404 da presente Era.

A literatura de viagem apresenta-se como *gênero híbrido* (Torrão Filho, 2010, p. 50), posto que comporta influências, interferências e certo *artesanato*, isto é, a abertura à criatividade que permite sempre renovar-se, fazer de outro modo, dadas as circunstâncias e variáveis da época ou do local (ou voz) de onde parte a composição. Entretanto, mesmo aberta a tal artesanato, nem sempre consegue escapar ao que Torrão chamou “memória de biblioteca”, que é refazer “o caminho de outros livros, nos passos dos viajantes e em sua escritura” (Torrão Filho, 2010, p. 53), de modo que aquele que viaja repete, total ou parcialmente, um itinerário anterior, como os viajantes para a Espanha nos séculos XVIII e XIX, marcados que foram pela leitura de *Quixote*, de Cervantes (Torrão Filho, 2010, p. 53).

Ao garimpar a literatura de viagem, deve-se dar atenção à qualidade da informação ali contida. A literatura de viagem não constitui, *per se*, documento com total isenção: não é uma fotografia; e até mesmo as fotografias precisam ser selecionadas e interpretadas. Não raro, os viajantes foram considerados mentirosos ou falsificadores, lançando mão do artifício retórico da persuasão, por terem estado onde outros não estiveram (Torrão Filho, 2010, p. 45-6). Isso, quando não compuseram seus relatos no conforto do lar, depois de decorrido algum tempo da viagem. Adams⁷ chamou a esses de “viajantes de lareira” ou “viajantes de gabinete” (*apud* Torrão Filho, 2010, p. 47). Na mesma direção, houve quem partiu

do dado concreto, mas imaginou cenários, dando, com isso, no campo da ficção: August de Chateaubriand, Lamartine ou Ítalo Calvino, que recriou a partir de Marco Polo, sem falar de Júlio Verne e Edgar Allan Poe, com as viagens científicas influenciando a ficção ou “gênero de viagem científica” (Torrão Filho, 2010, p. 47). A esse respeito, Karen Lisboa pontuou a diversidade da forma como se apresenta tal literatura: “como diário de campo, cartas, relato, relatório científico, itinerário, relato de peregrinação; além de suas formas ficcionais, em prosa ou poesia ou mesmo as utopias e viagens imaginárias, por vezes apresentadas como reais” (Lisboa, 2011, p. 39).

Torrão Filho indicou um *tripé* que suporta as narrativas de viagem. Seguiremos essa indicação ao abordarmos o *Diário* do Imperador brasileiro em sua viagem à Terra Santa, no ano de 1876. O tripé constitui-se da *descrição*, o conjunto de observações recebidas pelo autor, tal como absorveu do mundo e da natureza, as quais lhe servem como “suporte e evidência concreta” a ser investigada pela interpretação. Em seguida, a *interpretação*, que é a tradução das observações, a partir dos pressupostos e hipóteses contidos nas “teorias previamente estabelecidas que orientam a viagem”. Por fim, a *transformação* da viagem, que deixa de ser mero deslocamento, para constituir etapa da apreensão do mundo, com fins de desenvolvimento e progresso (Torrão Filho, 2010, p. 43).

Uma *pergunta* que se coloca neste artigo é que, sendo D. Pedro II um importante personagem oitocentista, quando europeus esquadrihavam o Brasil a partir da costa, teria ele sido influenciado pelas rotinas de naturalistas, ilustrados e enciclopedistas do seu tempo? Por exemplo, Charles Darwin lamentou não estar em Londres nas duas ocasiões, quando o Imperador tentou encontrá-lo: “o Imperador fez tanto pela ciência, que todo sábio lhe deve o maior respeito [...] desejo manifestar com a mais perfeita sinceridade, quanto me dei por honrado com o seu desejo de me ver, e quanto lamentei estar ausente de casa” (Faingold, 1999, p. 14). Muitos outros, naquele tempo, o admiraram e manifestaram-se positivamente a seu respeito: o biólogo Louis Pasteur, o estadista William Gladstone, o pai da historiografia franco-judaica, Ernest Renan, os egiptólogos Auguste Mariette e Karl Brugsch, além de artistas, como Richard Wagner e Carlos Gomes, compositor da ópera *O Guarani*, apenas para mencionar alguns.

Tentaremos indicar uma *tipologia* que melhor explique o Imperador-autor em termos pessoais e motivacionais em relação à obra. D. Pedro II foi um viajante

pragmático ou um *literato*, conforme as categorias de Lisboa (Lisboa, 2011, p. 62, 69)? A autora reconhece a dificuldade na identificação dos autores, dada a diversidade dos tipos existentes: naturalistas, comerciantes, diplomatas, artistas, mercenários, imigrantes e aventureiros (Lisboa, 2011, p. 54). O desdobramento do *tipo* leva à instância determinante da viagem: “a esfera particular e a pública” (Lisboa, 2011, p. 55). Tais identificações iluminam os interesses que orientaram as relações estabelecidas nos trajetos e nos contatos, os aspectos observados e, conseqüentemente, os registros a realizar. “As diferenças que caracterizam os estrangeiros visitantes incidem no próprio estilo da viagem e da produção intelectual dela decorrente” (Lisboa, 2011, p. 55).

Feitas essas considerações, vejamos o contexto remoto, no qual o *Diário* de D. Pedro II se insere, os dados primários de suas anotações e a caracterização metodológica a ser aplicada.

2. O ambiente histórico e a viagem

2.1. O príncipe Frederico, o herdeiro da Prússia, 1869

Quando Muhammad Ali, paxá do Egito,⁸ tentou aumentar sua influência e controle sobre a Síria e a Palestina, obteve ajuda da França para modernizar o seu exército. A marcha para a região começou no final de 1831 e, em um ano, as tropas já ameaçavam Constantinopla, capital do Império Otomano. O sultão otomano Mahmud II recorreu à Rússia, quando os ingleses se mostraram indecisos sobre apoiá-lo ou não. A revolta de Muhammad Ali contra Mahmud II era uma “oportunidade para a Prússia prestar maior atenção aos assuntos do Oriente Médio” (Bensinger, 1971, p. 4).

A assinatura do Tratado de Hünkâr-Iskelesi (aparentemente um tratado comercial) entre russos e turcos, em 8 de julho de 1833, levantou suspeitas no Departamento de Relações Exteriores britânico (Henry Palmerston era o Secretário) de que os russos aumentariam a presença na região. Palmerston não havia dado importância à necessidade de o Sultão reformar e reequipar suas fileiras, mas ofereceu rapidamente apoio e instrução aos turcos. Palmerston enviou uma missão militar comandada pelo tenente-coronel Considine, mas os turcos não viram com bons olhos a ideia de os britânicos comandarem suas tropas e recorreram ao assessoramento militar da Prússia (Bensinger, 1971, p. 4-5).

O confronto contra o Egito, na Palestina, ocorreu tendo-se aliado os britânicos, os russos, os austríacos e o apoio moral dos prussianos; isso colocou fim a dez anos de ocupação. Acre foi o último posto a ser capturado fato que ocorreu em 3 de novembro de 1840. Seguiu-se a restauração da Síria e da Palestina a Mahmud (Bensinger, 1971, p. 6-7).⁹

O professor Gad Bensinger,¹⁰ que pesquisou os interesses alemães na Palestina, considerou que tanto a ocupação do Egito quanto a restauração aos otomanos da região da Palestina constituíram a maior abertura para o fluxo de europeus, desde as Cruzadas, sem falar que, sob o controle egípcio, a população cristã foi grandemente tolerada pelas autoridades ocupantes e as potências europeias autorizadas a abrir consulados (Bensinger, 1971, p. 7).

Isso abriu o caminho para a realização dos interesses alemães na região. Dois anos depois da assinatura do tratado, desembarcou na Palestina o primeiro cônsul alemão, para estabelecer-se em Jerusalém, o Dr. Ernst Gustav Schultz. Era 1843 (Bensinger, 1971, p. 7). Em seguida, vieram os missionários alemães, em 1846, enviados por Samuel Gobat, que havia sido nomeado bispo pelo rei Frederico Guilherme IV da Prússia, para servir na cidade de Jerusalém (Bensinger, 1971, p. 17).¹¹

Mas a força da presença britânica na Palestina foi maior e absorveu outros grupos. Os alemães tiveram que oficializar o início da “colonização” antes que fosse tarde, uma vez que “alguns indivíduos já estavam começando a sair [da Prússia] sem a devida autorização” (Bensinger, 1971, p. 24). A solução “oficial” foi a compra de terras em Jafa e próximo a Haifa, a partir de 1869 (Bensinger, 1971, p. 25), um modelo que seria seguido pelas sociedades israelenses no final do mesmo século XIX.

Os alemães fincaram o pé na região, nesse ano de 1869, quando Frederico da Prússia visitou a Palestina, de passagem para o Egito, e ocorreram as cerimônias de inauguração do Canal de Suez. Acompanhado por uma guarda formada por cerca de 30 soldados, ele desembarcou no porto de Jafa, na manhã de 3 de novembro. “No clímax da visita, ‘um grande pedaço de terra’¹² perto da Igreja do Santo Sepulcro foi oficialmente transferido para a Prússia – um presente do Sultão” (Bensinger, 1971, p. 26-27; trad. livre).¹³

As armas da Confederação Alemã do Norte, que acompanhavam Frederico, foram postas sobre o portão que dava acesso ao lote recebido, num gesto simbólico

bastante representativo. Desde o século XIII, o Cristianismo dominava porções estratégicas de terra para os interesses prussianos e, pela primeira vez, desde as Cruzadas, uma potência europeia era oficialmente titular de uma área importante na região (Bensinger, 1971, p. 27). Na visita que fez ao local, sete anos depois, D. Pedro II confirmou a história da posse do lote pelo Imperador, em seu *Diário*, mas acrescentou, corrigindo a informação inicial, que não fora um presente do Sultão, mas, na verdade, foram pagos, pelo pedaço de terra, 20.000 francos (Faingold, 1999, p. 130).

2.2. Dom Pedro II, o rei erudito que impressionou os judeus

Enquanto esse era o ambiente no Oriente Médio, partiu da baía da Guanabara, a 26 de março de 1876, um soberano, de perfil católico, em viagem à Terra Santa (Khatlab, 2015, p. 111). “O Parlamento concedeu-lhe uma generosa licença de ano e meio. O barão de Mesquita emprestou-lhe 50 mil libras para as despesas” (Carvalho, 2007, p. 159).¹⁴ A comitiva estava encabeçada pelo Imperador do Brasil, D. Pedro II, conforme registro feito de próprio punho em seu Diário de viagem (Faingold, 1999, p. 17), a bordo do vapor *Aquila Imperial*.¹⁵ “D. Pedro II, [foi] o primeiro governante de um país latino-americano a visitar aquelas terras”,¹⁶ num dos acontecimentos locais mais marcantes da época.

Sua comitiva era composta, entre outros, pela dama de honra da Imperatriz, na Câmara Imperial, Dona Josefina da Fonseca Costa, a Imperatriz, dona Tereza Cristina Maria e amigos do monarca, o senhor Luis Pedreira de Couto Ferras, Visconde de Bom Retiro e o Dr. José Ribeiro de Souza Fontes, que seria nomeado Visconde de Souza Fontes (Faingold, 1999, p. 17), com as suas respectivas esposas e as criadas. A visita à Terra Santa foi guiada pelo padre franciscano, frei Liévin de Hamme, um alemão de Hanover, o “conducteur des pelerines”, como chamava a si mesmo (Faingold, 1999, p. 25).

O Imperador do Brasil entrou no território palestino pelo Norte, vindo de Beirute, e dirigiu-se ao Sul, cruzando toda a Palestina Otomana e subindo a Jerusalém por três vezes: na chegada, de volta de Jericó, a Leste, e de volta de Belém, ao Sul, saindo pelo porto de Jafa, rumo a Port Said, no Egito, 16 dias depois. Alcançou as margens do rio Jordão, em 20 de novembro daquele ano, tempo em que as margens do Jordão eram consideradas pelos peregrinos a entrada da Terra Santa (Faingold, 1999, p. 69-70; v. n. 71).

D. Pedro II visitou várias cidades e acidentes geográficos: Jenin, Nablus (ou Siquém), Nazaré, Belém, Mar Morto, o Lago Merom, a chapada de Djuran, Safed, Cafarnaum (Tell-Hum), o Lago Genesaré, Magdala, Betsaida, onde associou o local à planície onde Jesus disse¹⁷ aos seus ouvintes para observarem como cresciam os lírios no campo – ali D. Pedro colheu “boa porção” de lírios (Faingold, 1999, p. 77). Também foi ao Monte Tabor, a aldeia de Daburieh, ao monte Carmelo, a Caifa (Haifa), a Séforis, à gruta da Virgem, em Nazaré, de onde escreveu ter guardado como lembrança algumas pedrinhas; a missa ali celebrada o comoveu muitíssimo (Faingold, 1999, p. 87). Sobre relíquias, pareceu mesmo ter fixação por pedrinhas, ramos e outros *souvenirs*. Conheceu as ruínas da fortaleza de El-Fuleh, uma aldeia árabe no vale de Esdraelon, Betânia e Betel (Beitine) e tantas outras aldeias e locais que são descritos com detalhes riquíssimos, associando, quando possível, a detalhes históricos e bíblicos, a medidas, alturas, distâncias e tudo o que curiosamente observou nas paisagens, nos monumentos, nos edifícios (igrejas, tumbas, conventos, escolas, hospedarias etc.) e nas pessoas.

D. Pedro II fez croquis de muitas coisas e pessoas que observou, até mesmo de animais e pássaros (melros). Há três desenhos do Mar Morto e outros três do Vale do Jordão. (Faingold, 1999, p. 109). Num dos lugares, às margens do Jordão, ele viu peregrinos russos, parecidos com camponeses, os quais realizavam três banhos naquele rio. Faingold, que compilou as cartas da viagem de D. Pedro II, informou que esses peregrinos eram da Igreja Ortodoxa Russa e, em Jerusalém, realizavam uma cerimônia religiosa chamada “ritual do fogo santo”, na Igreja do Santo Sepulcro, ocasião em que tomavam os banhos rituais no Jordão e no mar Morto (Faingold, 1999, p. 109, n. 235).

Além de visitar cidades e vilarejos, igrejas e monumentos históricos e arqueológicos, D. Pedro II encontrou-se com personalidades muçulmanas e cristãs, além de europeus residentes na região. Embora alguns jornais da época tivessem publicado reportagens e biografias sobre o soberano, despertando interesse na população local, ele partiu sem fazer contato com a comunidade judaica em Jerusalém, surpreendendo-a e decepcionando-a, já que o aguardavam ansiosamente e pretendiam fazer homenagens ao Imperador cujo conhecimento do hebraico bíblico, como língua morta, superava a todos os intelectuais do seu tempo.

D. Pedro II havia empreendido a tradução de porções do Antigo Testamento hebraico (Faingold, 1999, p. 41-42). Três meses antes de visitar a Terra Santa, havia se encontrado com orientistas da Universidade de São Petersburgo, na Rússia. Na visita à Biblioteca Imperial, pediu para consultar obras raras e “causou surpresa pela vastidão dos seus conhecimentos” (cf. Argeu Guimarães, in Faingold, 1999, p. 31); a notícia já havia chegado até a Terra Santa, por onde fez sua peregrinação. Quando morreu, em 5 de dezembro de 1891, faltava traduzir apenas os Livros Históricos e, então, teria completado toda a tradução do Antigo Testamento, do hebraico para o português (Khatlab, 2015, p. 193). Embora habitualmente lesse a Bíblia numa versão francesa, provavelmente, traduzia do hebraico, a partir de algum exemplar conseguido por força de sua posição política.¹⁸

3. O Diário e seu autor

Devido à proposta restrita do presente artigo, não poderemos fazer resumos de trechos inteiros do Diário. Optamos, portanto, por uma leitura e averiguação prévia para, então, propor os pontos que chamam a nossa atenção, a partir dos critérios já apontados à luz dos teóricos estudados. O período que o Imperador passou na Palestina ou Terra Santa foi de dezesseis dias: da entrada, em 20 de novembro, até 6 de dezembro de 1876. Após entrar na terra, D. Pedro II anotou:

Chegamos à margem esquerda do Jordão, que será na largura do porte do Maracanã que passa pela quinta de S. Cristóvão [...] A ponte é a única sobre o Jordão e a garganta por onde corre o rio debaixo dela tem 25m de largo. Estamos a quase 230m abaixo do nível do mar; que tal é a altura da superfície do lago de Genesaré que não se acha muito distante. Desde Koneitirah descemos mais de 1.200 pés. [...] Reparando melhor penso que é um pouco mais largo que o Maracanã. Fiz dois croquis logo que chegara, e quando me achava à beira do rio passou um bando de pássaros pretos tão numerosos e altos que pareciam poeira de carvão. (Faingold, 1999, p. 72-73)

D. Pedro II fazia suas anotações à noite, sob a luz de lampiões ou fogueiras e até do luar, quando não chovia, pois era inverno. Ele relatou ter enfrentado muito frio, ventos e chuvas (Khatlab, 2015, p. 181). O trecho destacado revela um viajante minucioso, preocupado com as medidas (a precisão é relativa), informado sobre o espaço geográfico percorrido e atento a cada movimento, mesmo que

ocorresse no céu, com os pássaros. As medidas devem ter sido dadas pelos guias, como é comum até hoje, o que não diminui a atenção e a preocupação do autor, que registrou na primeira noite suas percepções em dois croquis.

A comitiva do Imperador foi guiada do Líbano à Palestina, por dois irmãos, os “diretores da caravana [...] os irmãos Antônio e Mulhelm Uardi” (Faingold, 1999, p. 69; Khatlab, 2015, p. 173), libaneses de Beirute, cristãos maronitas¹⁹. Eles conduziram Pedro II até Jerusalém, de onde a comitiva passou a ser liderada pelo frei Liévin.

No dia seguinte, já em Cafarnaum, voltou a fazer um croqui “à pressa”²⁰ antes de sair para o lago de Betsaida, e sobre a sinagoga onde Jesus pregara, escreveu: “trouxe fragmentos das pedras da sinagoga” (Faingold, 1999, p. 76) e “quebrei com um martelo uma ponta de pedra da parte superior da gruta dos túmulos dos dois amigos, e guardo os fragmentos da rocha” (Faingold, 1999, p. 132). Além das “pedras da sinagoga”, de Nazaré ele também anotou: “Guardo como lembrança algumas pedrinhas dessa gruta” (Faingold, 1999, p. 87). Mais do que isso, ele fez ilustração dos melros no Mar Sabba e registrou ter colhido “boa porção” de lírios (Faingold, 1999, p. 77). Não estamos admitindo que D. Pedro II tivesse acondicionado a vegetação colhida, de acordo com os cânones adotados pelos naturalistas europeus em viagem pelo Brasil, os quais, posteriormente, abasteciam estufas e orquidários na Europa. Nossa tentativa é traçar o seu perfil como viajante e procurar entender suas motivações. No entanto, vemos nisso indícios da ação de um D. Pedro II com *perfil naturalista* e lembramos que “o tutor de D. Pedro foi José Bonifácio, cuja face científica é praticamente desconhecida dos brasileiros, [e é] patrono da Geologia e da Mineralogia” (Nascimento, 2007, p. 4). É praticamente certa, portanto, alguma influência erudita recebida de D. Leopoldina de Habsburgo, a bem-educada mãe do Imperador, que, vindo ao Brasil, trouxe “alguns naturalistas estrangeiros renomados, como o médico Karl Friedrich Philipp von Martius e seu companheiro Johan Baptist Spix” (Nascimento, 2007, p. 4).

É oportuno destacar a observação feita pela historiadora Alessandra Fraguas (in Elias, 2012, p. 22), que acompanha as novas propostas de leitura sobre a pessoa, as atividades e o papel de D. Pedro II, entre elas, a intensa relação do Imperador com as ciências. Não se discute a formação intelectual sólida do monarca, mas ela pontua que disso “não resultou em inteligência destacada. Era

mais enciclopédico do que livre-pensador” (Elias, 2012, p. 22). Rodrigo Elias apoia-se nessa perspectiva para nos lembrar que:

A definição de “rei filósofo” merece ser relativizada: “filósofo”, na época, era quem se dedicava a estudos e pesquisas humanísticas. Hoje o imperador não seria um “filósofo” pela simples razão de não filosofar por conta própria. Se é possível filia-lo a algum dos campos do conhecimento que vicejavam na época, a pesquisadora qualifica D. Pedro como nosso... imperador-etnógrafo. Nas viagens que fazia pelo Brasil e ao exterior, tinha gosto pela observação antropológica, desenhando e descrevendo os cenários e os tipos humanos que encontrava pelo caminho, registrando vocabulários, traduzindo termos. (Elias, 2012, p. 22)²¹

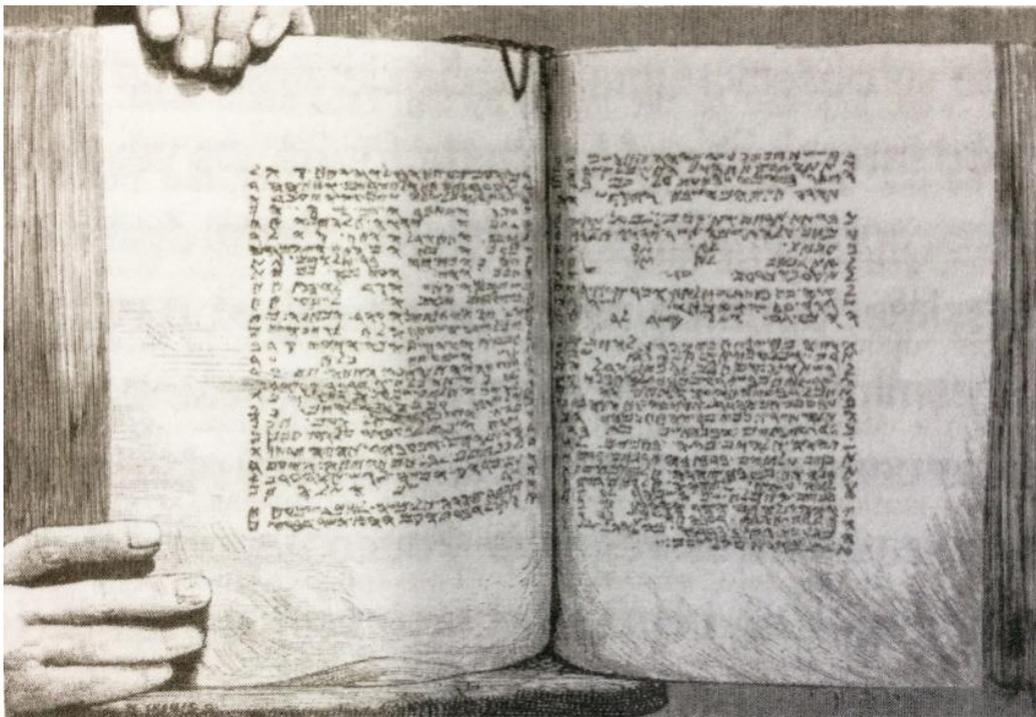
Vejamos, agora, o Imperador tradutor e manuscritólogo, que dá indícios do interesse *científico* e de sua inclinação religiosa. No dia 18 de novembro de 1876, ainda na Síria, às margens do arroio (riacho) Dhirani, D. Pedro II registrou ter trabalhado, após o almoço, na tradução de uma porção dos “Atos dos Apóstolos com o [dr. Karl] Henning” (Faingold, 1999, p. 66), o terceiro professor de hebraico²² do Imperador (o segundo foi Koch, morto em 1874, em Petrópolis). No dia seguinte repetiu o exercício de tradução de “Atos dos Apóstolos em relação a S. Paulo”²³ (Faingold, 1999, p. 68). Disse ter lido um pouco o guia, sem dizer qual (talvez o guia escrito pelo frei Liévin). Em Nablus, a 24 de novembro, após o jantar, finalizou “a tradução do canto de Deborah, reconhecendo que tenho esquecido bastante o hebraico” (Faingold, 1999, p. 95). Mas foi no dia seguinte que, pela primeira vez na Terra Santa, teve contato com um tesouro local. Estava em Samaria, entrou numa sinagoga e pediu para trazerem “o Torah para fora da sinagoga onde estava claro” (Faingold, 1999, p. 95).

Examinei bem o manuscrito de pele de gazela já meio rasgado e com as letras bastante apagadas. Pretendem que sua antiguidade é de 1500 anos A.J.C., do tempo de Absché, filho de Pinéias, filho de Eleazar, filho de Arão, mas não datará senão de Manassés, grande sacrificador do tempo do Garizim 300 A.J.C., ou mesmo de época posterior ao nascimento de Cristo. (Faingold, 1999, p. 95)

Aqui D. Pedro II demonstra familiaridade com manuscritos originais, além da história da divisão entre judeus e samaritanos, na ocasião do exílio assírio (ca. séc. VI a.E.C.). Os samaritanos rivalizavam com os judeus em matéria étnica e de religião. Adotavam apenas o Pentateuco, enquanto os judeus admitiam os demais livros da Bíblia hebraica, isto é, os proféticos e os poéticos. Mas o Imperador advertiu: “O Pentateuco de que tanto falo, é escrito em letras fenícias ou cananeias

usadas antes do Cativoiro da Babilônia, que os judeus adotaram as letras caldâicas” (Faingold, 1999, p. 97). Para Faingold, tal é indicativo da antiguidade do livro.

Nos arredores de Jerusalém, D. Pedro II concluiu a tradução do Salmo 122, que é um canto de peregrinos: “Que bela noite de luar! Acabo de traduzir do hebraico o salmo 122 que pode exprimir os sentimentos dos que chegam a Jerusalém” (Faingold, 1999, p. 103).



O Manuscrito do Pentateuco samaritano. Ilustração por D. Pedro II

Em Jerusalém, visitou o “Convento dos gregos cismáticos de Sta. Cruz” e “queria ver manuscritos, mas não os achei curiosos a não ser uma liturgia escrita em pergaminho que se enrolava, e com letras maiúsculas de figurinhas pintadas, que disseram ser do 9º século. O dos Evangelhos e também deste século ou do 10º” (Faingold, 1999, p. 137).

Há uma característica que diferencia D. Pedro II dos viajantes europeus: a sua preocupação com a educação infantil. Nessa/ Na viagem ao Oriente Médio ele visitou treze escolas e conventos, todos cristãos, e ficou indignado com quase tudo o que viu, a começar pela visita ao Mosteiro de S. Sabbas,²⁴ onde “havia manuscritos dos Evangelhos e dos sermões de S. Gregório Nazianzeno” (Faingold, 1999, p. 115). O frade que conversava em francês com D. Pedro tentou dissuadi-

lo de visitar a biblioteca instalada na torre do convento, sob pretexto de haver nela somente impressos. Mas Karl Henning alertou para a existência de coleções de livros, ao que D. Pedro reclamou da indisposição do frade, no Diário, escrevendo que “Tal repugnância poder-se-á explicar pela vergonha que eles tenham de não haverem aproveitado, por ignorância, as riquezas literárias que possuam” (Faingold, 1999, p. 116).²⁵

Mais adiante, entre outras visitas, foi ao Convento do Salvador (3.12.1876), em Jerusalém, pertencente aos franciscanos, onde se ensinavam a 140 meninas. Visitou o Patriarca e viu o seminário “onde se ensina desde as primeiras letras a uns 60 rapazes. Não gostei da expressão atoleimada de grande número deles” (Faingold, 1999, p. 135). Foi “ao colégio alemão com bastante meninas (*sic*) [...] bem arranjado como o de Beirute, administrado também pelas diaconisas” (Faingold, 1999, p. 136).²⁶ Mas voltou a reparar na deficiência palestina no ensino.

Ao visitar a igreja de Santa Ana, ainda em Jerusalém (4.12.1876), que, à época, era construída pela França, sobre antigas ruínas em terreno doado pela Turquia depois da Guerra da Crimeia (1854-1855) (Faingold, 1999, p. 140), D. Pedro II deixou transparecer sua veia administrativa, além da preocupação com a educação. Ele registrou:

Tudo está feito com muita elegância e bom gosto, aproveitando o que se pode das ruínas da antiga igreja. As obras não estão terminadas e tem custado à França de 700 a 800 mil fr., segundo me disse o cônsul francês, que aí se achava e sem cuja licença não se pode entrar. Se empregasse metade ao menos desta soma nas escolas Palestinas! (Faingold, 1999, p. 141)

Certamente, a avaliação do Imperador, mesmo sendo católico, sobre escola protestante, julgou desperdício o que se fazia com os recursos, diante da situação precária das crianças locais. Indignado, fez doação do próprio bolso para que as crianças pudessem estudar: “Os cônsules aceitaram a distribuição da renda de 15 mil fr., que eu deposito como capital no Banco Otomano de Beirute, para dar meios a crianças pobres de frequentarem as escolas de Jerusalém, onde sejam recebidas gratuitamente” (Faingold, 1999, p. 144). Com isso, no que diz o Diário, não restam outras ocorrências relevantes na viagem pelas quais pudéssemos refinar o traçado de um perfil do Imperador viajante. Passemos a outros pontos.

4. Outros familiares do Imperador carioca na Palestina

A Princesa Isabel teve três filhos com Gaston d'Orléans, príncipe francês, também reconhecido como Conde d'Eu. O primogênito foi Pedro de Alcântara (1875-1945), seguido de Luís de Orleans e Bragança (1878-1920) e o caçula Antônio (1881-1918). Dom Luís, o segundo, o "Príncipe Perfeito", herdou a vocação política da família, embora nunca tivesse conseguido levar adiante as ideias de retomada do papel de sua família na política brasileira.

D. Luís e D. Antônio alistaram-se como voluntários entre os aliados na Primeira Guerra. O caçula da Princesa Isabel morreu num acidente ocorrido com um avião militar inglês. D. Luís, de saúde frágil, voltou da Guerra ainda mais debilitado fisicamente. Ele contraíra uma tuberculose óssea, falecendo em 1920, aos 42 anos de idade. Foi a saúde, de certo modo, que também o levou a visitar a Terra Santa, por onde o avô passara havia algumas décadas. Sua biografia foi escrita pela historiadora Teresa Malatian, da qual encontramos uma breve anotação que aproxima D. Luís a seu avô: a viagem à Palestina.

A Palestina foi visitada em março de 1905 num giro de curta duração. Além de buscar mudança de clima num momento de debilidade física, é bastante provável que seguisse conselhos da mãe para visitar o Santo Sepulcro e solicitar intercessão divina para sua cura. A viagem durou cerca de cinco dias e seguiu o roteiro turístico tradicional: Jerusalém, Betânia, Jericó, lugares santos para o catolicismo, além de uma mesquita, cuja beleza admirou. Apesar das referências à Bíblia, a peregrinação não provocou comentários indicativos de grande devoção. Suas impressões registram interesse pelos lugares importantes para a cristandade como Jericó, além da decepção com o Santo Sepulcro por ali encontrar ex-votos extraordinários, grande movimento de turistas e mendigos esmolando que o chocaram profundamente [...]. (Malatian, 2010, p. 67)

Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança²⁷ iniciou um artigo de sua autoria, informando que, na ocasião de sua própria visita à Palestina, as viagens para a região haviam se tornado populares devido à ida do Papa Paulo VI para lá, em janeiro de 1964. "Vários soberanos o imitaram, como o Grão-Mestre da Ordem de Malta, Frei Ângelo de Moiana, o Rei e a Rainha da Bélgica, Balduino e Fabiola, o Czar Simeão da Bulgária e outros" (Bragança, 1966, p. 151). Tendo visitado a Terra Santa em 1962, Dom Carlos assim se expressou, sobre a relevância da visita, notadamente quanto à presença da Imperatriz naquele país: "Para somente citar um exemplo, a Imperatriz D. Teresa Cristina, conforme o sublinham as crônicas locais, foi a primeira Imperatriz, depois de Santa Helena, mãe de Constantino, que

pisava naquelas Terras, tão áridas e tão caras a todos os cristãos” (Bragança, 1966, p. 152).

Entre os brasileiros, D. Pedro II não foi o primeiro a viajar para a Palestina ou Terra Santa. Antes dele, foram para lá um sergipano, o Padre Daltro, em 1853, e seu sobrinho, Dr. João, muitos anos depois, mas não temos a data. Há hoje intenso fluxo de cristãos brasileiros viajando turisticamente para aquela região, fluxo que se intensificou a partir da década de 1990 e se consolidou no início dos anos 2000.

5. O religioso suspeito

Por fim, vejamos o aspecto religioso do Imperador e o modo como suas crenças são notadas no homem público. Lilia Schwarcz demonstrou haver no Brasil uma percepção favorável ao Imperador, entre os campos político e econômico, ao menos durante a primeira metade de sua carreira. Isso podia ser atestado por comentários elogiosos, feitos pela imprensa da época. O Brasil era “considerado o ponto central da civilização do Novo Mundo” e sobre ele recaiam expectativas positivas. Devia-se isso a D. Pedro II, aquele que “pacificou e lhe deu a prosperidade” observada publicamente e que iria, além disso, pelas mãos “de seu monarca”, diferentemente da situação geral na América Latina (Schwarcz, 1998, p. 176-177).

Pedro II empenhou-se pessoalmente no desenvolvimento cultural e educacional no país,²⁸ tendo como influência modelos europeus, como “da Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779” (Schwarcz, 1998, p. 849). No país já havia duas faculdades de Direito, fundadas em 1827, por seu pai; uma em Olinda e outra em São Paulo (Schwarcz, 1998, p. 178). Em 1838, formou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (o IHGB), que reuniu a “elite econômica e literária carioca [... e a] partir da década de 40, os românticos brasileiros” (Schwarcz, 1998, p. 178). Das sessões do IHGB, D. Pedro II presidiu “um total de 506 sessões – de dezembro de 1849 até 7 de novembro de 1889” (Schwarcz, 1998, p. 199). Sobre o Pedro II mecenas, financiador do IHGB, a autora escreveu:

Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural. (Schwarcz, 1998, p. 199)

Sendo o país “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (Carvalho, 2007, p. 56), é preciso reconhecer a influência europeia na educação e formação dos costumes em Pedro II. Por essa via, não apenas foi despertado o seu interesse pelas artes e pela ciência, como o envolvimento com o estudo de culturas e línguas ditas exóticas, que era próprio das classes mais altas e dos viajantes daquele continente, no momento em que o Imperador se projetou regional e internacionalmente (ou foi projetado pelos interesses do presbiteriano norte-americano, James Fletcher). Não nos esqueçamos, como já mencionado, do papel da mãe do imperador em tal formação. À época, a Europa era a meca da cultura e o sonho de consumo da elite brasileira. A partir da chegada da família imperial, em 1808, e feita a abertura dos portos, houve o impulso da atividade turística entre ambas as regiões. Havia extração de ouro e benesses distribuídas pela Corte aos vizinhos fluminenses do Vale do Paraíba; entretanto, foi com a produção cafeeira que os fazendeiros do Oeste paulista tomaram o rumo da Europa: para educar seus filhos, pelo interesse comercial e pela ostentação nos costumes (Pires, 2002, p. 196-204).

Por trás desse cenário e trânsito entre viajantes e estudantes, entre cultura e economia, estão os traços protestantes que permeiam as relações e a influência *sobre* um Imperador educado pelos livros (v. nota 26). Schwarcz já havia dito que a primeira viagem internacional, em 1871, foi a hora de “finalmente visitar o mundo que o imperador só conhecia por meio dos livros” (Schwarcz, 1998, p. 537). Roderick J. Barman, historiador canadense, autor de *Citizen Emperor*, em entrevista por *e-mail*, a Elias (2012), lembrou que D. Pedro não estava sozinho: “O grupo que liderava o Brasil durante a primeira metade do século XIX havia sido, em sua maior parte, educado na Europa, e tomava França e Inglaterra [uma república e uma monarquia] como modelos do que o Brasil deveria ser” (*apud* Elias, 2012, p. 19).

Esses viajantes alemães e britânicos e os educados franceses não são, senão, luteranos, anglicanos e calvinistas, o que dá sentido a conclusões como a que o historiador carioca Rodrigo Elias tirou às críticas feitas ao modo de governar de D. Pedro II:

Se houve críticas de Freyre e Holanda ao modo “protestante” e até mesmo uma “espécie de calvinismo político”, há quem considere que ele tenha “Ajustado ao meio e ao momento pelo qual passava o mundo. D. Pedro ajudou a incutir no Brasil princípios até então praticamente inéditos por aqui. Princípios considerados, na época,

“civilizatórios”, que hoje qualificamos como “republicanos”: respeito ao interesse público, despersonalização da política, meritocracia. Nem por isso deixamos de ser mestiços, festivos ou adeptos do improvisado. A excepcionalidade de D. Pedro II teria servido apenas para dar uma contrabalançada na receita. (Elias, 2012, p. 19)

Embora “a monarquia [fosse] um Estado religioso, um Estado católico”,²⁹ D. Pedro II não coibia a liberdade religiosa e havia protestantes em seu redor, como o reverendo metodista norte-americano Daniel Parish Kidder, “considerado pioneiro do protestantismo no Brasil”, que ficou no país entre 1836 e 1842, “na qualidade de missionário metodista” (Schwarcz, 1998, p. 385). Ele trabalhou como vendedor de Bíblias, fez esforços pela protestantização do Brasil, protestantismo que, à época, era associado ao “desenvolvimento econômico, científico e tecnológico” (Vieira, 1980, p. 63). Outro nome conhecido no período é James Cooley Fletcher, pastor presbiteriano. O reverendo Fletcher veio para o Brasil em 1851, como agente da *American and Foreign Christian Union* e da *American Seamen’s Friend Society*, ambas sociedades protestantes, ficando no país até 1854.³⁰ Fletcher foi membro do IHGB e “conviveu com D. Pedro II” (Schwarcz, 1998, p. 385). Fletcher “defendeu interesses do Brasil no exterior, relacionou-se com políticos eminentes e com o próprio Imperador” (Ferreira, 1992, p. 77). Além disso, dois dos amigos do Imperador, Pasteur e Ernest Renan, eram adaptados “à rígida moral calvinista da família Scheffer” (Besouchet, 1993, p. 250). Mas a aproximação aos modos da cultura protestante foi mais vasta. Vejamos.

5.1. Presbiterianos, luteranos, anglicanos, batistas, metodistas e Kalley

Edson d’Avila (2006), em dissertação sobre o pentecostalismo e a política, contextualiza a acusação contra os protestantes de instigação à Guerra do Paraguai, para trazer dos Estados Unidos os Confederados, que haviam lutado na Guerra da Secessão (D’Avila, 2006, p. 82; Vieira, 1980, p. 72). Bispos e padres temiam uma invasão protestante em solo católico; mas a elite, aliada a políticos progressistas (e a padres maçons), apoiava as ideias modernizadoras dos protestantes contra o retrógrado modelo papista ultramontano. Durante a Guerra do Paraguai, Fletcher empenhou-se numa propaganda pró-Brasil nos Estados Unidos,³¹ como também na viabilização da construção de uma linha férrea que levaria os Confederados ao sul do país. Em 1865, foi “aprovada a lei de subsídio para construção [dessa] linha a vapor”, visando o transporte dos “imigrantes

vindos do sul dos EUA” (D’avila, 2006, p. 82). O turismo se beneficiou do desenvolvimento desse modelo de transporte, mas parece que a origem ou o impulso para a sua implantação não se deu por razões recreativas.

Julio Andrade Ferreira (1992), teólogo presbiteriano e historiador, informa que a inserção do protestantismo luterano se deu quando Karl Wilhelm Von Thiermin, pintor e desenhista estabelecido no Rio de Janeiro (serviu como cônsul do Governo prussiano até 1817, na Bélgica), pretendeu atender seus compatriotas em suas necessidades espirituais. Com isso, justificou a fundação, em 1827, de uma igreja luterana, a Comunidade Protestante Luterana, que, nos primeiros dez anos, reuniu-se nas residências particulares, dada a proibição dos cultos no vernáculo e de construções com aparência de templos, conforme vedado pelo artigo 5º da Constituição.³² Em Petrópolis, onde morava o Imperador, a igreja Luterana foi fundada em 1845, tendo como pastor o Dr. Frederico Lippold, botânico, que deu aulas a D. Pedro II (Ferreira, 1992, p. 71).

O padre e historiador João Fagundes Hauck, autor de *A Igreja no Brasil no século XIX*, aponta que o Tratado de Comércio e Navegação, de 1810, marcou o período da imigração alemã para o Sul: Santa Catarina e Rio Grande, promovendo a chegada de cerca de 4.800 pessoas até 1830³³ (Hauck, 1992, p. 239). Para o próprio século XIX, Hauck estimou em cerca de 1700 imigrantes alemães, por ano, no país; sendo um tratado feito com os ingleses, não podemos subestimar a chegada de anglicanos e batistas³⁴ entre esses imigrantes. O missionário e historiador Duncan Alexander Reily (Reily, 1984, p. 24) informa que desde o séc. XVII (1642, 1654 e 1661) já havia tratativas pela presença de anglicanos em solo brasileiro, com garantias de prática religiosa, ainda que restrita. O Tratado de navegação de 1810 advertiu o Governo brasileiro sobre a escravatura, apontando a tendência a ser seguida.

Anos após a fundação da Comunidade Luterana, ainda no reinado de D. Pedro II, um incidente revelaria um presbiteriano no círculo próximo ao Imperador. Entre os alemães do sul, os *muckers* (modo pejorativo como se chamavam os fanáticos) tiveram problemas com o Governo e acabaram por afastar os políticos liberais, que viam nos protestantes parte da solução para o problema socioeconômico de substituição da mão de obra escrava nas lavouras do país. Em 1873, a existência do grupo tornou-se amplamente conhecida. Um destacamento do Exército foi enviado para a região e no confronto morreu o Cel. Genuíno Sampaio. A situação só não ficou pior, por causa da interferência do Ministro da

Justiça, Dr. Manuel Antônio Duarte (Vieira, 1980, p. 53), que era presbiteriano e, certamente, pessoa próxima ao Imperador (a primeira igreja presbiteriana no país data de 1865; D’avila, 2006, p. 80).

Para Hauck (1992, p. 241), o ano de 1835 é o marco da inserção do protestantismo no país. Naquele ano, a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal nos Estados Unidos enviou Fontain E. Pitts para analisar o quadro missionário brasileiro (D’avila, 2006, p. 76) e, como a avaliação foi favorável, Justin R. Spaulding foi enviado ao Rio de Janeiro. Em 1837, Daniel Kidder, metodista norte-americano, foi enviado em caráter de missão (protestantismo de missão suplantando o protestantismo de imigração).³⁵ Com a chegada de James Cooley Fletcher em 1851, tem início o trabalho de evangelização dos brasileiros (D’avila, 2006, p. 79), diferentemente do modo como os colonos europeus agiam, especialmente entre a sociedade carioca.

No novo modo de abordar a população, destacou-se Robert Reid Kalley (1809-1888). No tempo quando os metodistas enviados pela Sociedade Bíblica Americana trabalhavam como colportores, vendendo Bíblias e evangelizando a população *homem a homem*, Kalley desenvolveu um trabalho específico de ensino das Escrituras, incomodando a Igreja Católica oficial. Até então, os protestantes haviam instituído escolas, as quais eram consideradas uma alternativa ao ensino dos jesuítas para educação dos filhos da elite. Mas agora distribuía Bíblia e ensinavam sua versão da religião cristã.

Alderí Souza de Matos (2003),³⁶ escreveu amplo artigo sobre Kalley e José Batista dos Santos (2006), pastor congregacional, publicou uma versão da história dos congregacionais no Brasil, em edição comemorativa dos 150 anos daquela igreja no país.

O Dr. Kalley, após formar-se em 1829, aceitou emprego como médico de bordo, indo a Bombaim, na Índia, a Funchal, na Ilha da Madeira, quando sentiu a necessidade de médicos para o Oriente (Matos, 2003, p. 11). Em 12 de outubro de 1838, chegou a Funchal onde aprendeu o idioma português que seria útil e determinante, anos depois, quando se sentiu desafiado a vir para o Brasil.

Embora sendo “incrédulo e agnóstico”, a observação do comportamento resignado e esperançoso de uma paciente cristã levou-o a refletir e a considerar as proposições do cristianismo. Interessou-se pelo cumprimento de “profecias relativas aos judeus e à Palestina” e foi movido a estudar as Escrituras; tal estudo

conduziu-o à fé e a conhecer a Palestina, onde esteve por três vezes, fazendo estudos comparativos das profecias; mais tarde, tornou-se evangelizador dos judeus.³⁷ Na primeira viagem, a partir da Inglaterra, em 1851 (25 anos antes da viagem de D. Pedro II), sua primeira esposa Margaret faleceu, no início de 1852 (Batista do Santos, 2006, p. 71). Os conhecimentos adquiridos na região seriam do interesse de D. Pedro II, quando Kalley se estabeleceu em Petrópolis.

Kalley trabalhou como médico missionário na Ilha de Malta por dois anos e, por mais dois anos, na Palestina (1850-1852). Em Safed, trabalhou com grupos de judeus, nestorianos³⁸ e muçulmanos que se haviam convertido ao cristianismo. No final de 1852, Kalley casou-se com Sarah Poulton Wilson (1825-1907), a quem conheceu no funeral de sua primeira esposa. Sarah era sobrinha de um líder congregacionista na Inglaterra e sua “família também tinha ligações com os Irmãos de Plymouth por intermédio de outro tio de Sarah, John Morley” (Matos, 2003, p. 16).

Kalley e outros protestantes escoceses que trabalhavam na Ilha da Madeira, foram perseguidos pelo grupo liderado pelo cônego Carlos Telles de Menezes, no início da década de 1840. Kalley era o principal alvo dos ataques. “Estima-se que mais de dois mil evangélicos deixaram a sua ilha na perseguição de 1846” (Matos, 2003, p. 14-5).³⁹ Outra leva desses “calvinistas” (“calvinistas”, porque originários da igreja presbiteriana escocesa) refugiou-se nos Estados Unidos, em 1853, “estabelecendo-se nas cidades de Springfield e Jacksonville, no Estado de Illinois” (Matos, 2003, p. 15). Esse foi o grupo que contribuiu com Kalley no início do trabalho evangelístico no Brasil, especialmente devido ao conhecimento do idioma.

No inverno de 1853-4, ambos, Kalley e Sarah, foram visitar os refugiados madeirenses nos Estados Unidos. Passando por Nova Iorque e visitando a Sociedade Bíblica Americana, souberam que o rev. James Cooley Fletcher, “pastor presbiteriano que trabalhava no Rio de Janeiro para a Sociedade de Amigos dos Marinheiros Americanos”, havia solicitado o envio de apoio humano para auxiliar no trabalho como colportores. Kalley voluntariou-se e veio para o país. Partiram de Southampton, em 9 de abril de 1855 e chegaram ao Rio de Janeiro, em 10 de maio daquele ano (Matos, 2003, p. 17).

Visitaram alguns locais no estado e depois que foram a Petrópolis, vendo a cidade e a comunidade de colonos alemães protestantes que residia ali, decidiram fixar residência na cidade. Entenderam que a população era propícia a

evangelização. A residência que alugaram pertencia a Alexander Fry; estava ocupada por James Webb, embaixador americano, e chamava-se “Gernheim” (Lar muito amado). O imóvel situava-se próximo à casa do Imperador, no bairro suíço, Schweizerthal. Os Kalley fizeram amizade com autoridades brasileiras, entre essas amizades, Kalley privou a de D. Pedro II, “de quem se tornou grande amigo” (Batista do Santos, 2006, p. 75,77).

Como já mencionamos, Kalley pretendia fazer e, de fato, fez, discípulos entre os brasileiros, ensinando as Escrituras em sua própria residência, chegou a batizar “duas senhoras de alta posição, Gabriela Augusta Carneiro Leão e sua filha Henriqueta Soares do Couto, [...] em Petrópolis, no dia 7 de janeiro de 1869. Dona Gabriela era irmã do marquês do Paraná e do barão de Santa Maria” (Matos, 2003, p. 19). De tão intensa que foi sua atividade, o clero sentiu-se incomodado, mas a reação provocou ocasião para uma saída certamente inesperada.

Tendo em vista a pressão do núncio apostólico, o Governo Imperial fez chegar à Legação Britânica um comunicado com diversas queixas contra Kalley, tais como propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado e tentativa de conversão de católicos à fé protestante. Kalley formulou uma série de quesitos sobre as suas atividades e apresentou-os, simultaneamente, aos melhores juristas da época, os doutores Joaquim Nabuco, Urbano S. Pessoa de Melo e Caetano Alberto Soares. Os pareceres deles foram altamente satisfatórios e, no dia 16 de julho, Kalley enviou à Legação Britânica uma resposta ao comunicado do ministro do Governo e uma carta particular ao cônsul William Stuart, explicando as suas atividades e a classe de pessoas que frequentavam as suas reuniões. Concluiu que a liberdade por ele exercida estava dentro dos limites da lei. Acrescentou que, caso o Governo insistisse nas suas tentativas de silenciá-lo, se sentiria no direito de publicar os motivos para tanto, e fazê-los conhecidos em todos os países de onde o Brasil esperava colonos (Matos, 2003, p. 20). Isso seria um duro golpe nas tentativas da elite e dos políticos progressistas para trazer, ao Brasil, mão de obra especializada para a lavoura.

No período de março de 1865 a julho de 1871, Kalley contou com a colaboração do Rev. Richard Holden, que foi o seu primeiro pastor auxiliar, e pôde fazer a terceira viagem mais prolongada à Europa e à Palestina. Ele ausentou-se por dois anos e meio, de dezembro de 1868 a junho de 1871 (Matos, 2003, p. 20). A experiência de Kalley na Palestina interessava ao Imperador, que, em 1861, foi

à casa de Kalley, pedir mais informações. Como estava acamado, não recebeu o Imperador, mas enviou carta em 1º de março de 1860 (Rocha, s/d, p. 115-6). Dias depois Kalley deu conferência sobre o tema, para a família imperial, na própria residência do Imperador (Vieira, 1980, p. 121). A visita imperial foi repetida em 6 de março e “falou com muito agrado, demorou-se quasi duas horas” (Rocha, s/d, p. 116; mantida a grafia original). Neste contexto do interesse do Imperador por aquilo que Kalley pudesse contribuir sobre o conhecimento da Terra Santa, Vieira demonstra o papel de Kalley, influenciando decisões sobre a questão da liberdade religiosa, dos direitos dos não católicos (ou acatólicos) e das liberdades civis no Brasil, e, nesse contexto, indica a relação do Imperador, em particular, com a Igreja Luterana, na cidade de Petrópolis, e com os políticos progressistas no país.

Finalmente, há que se considerar em perspectiva mais ampla, outras influências que o Imperador recebeu em seu círculo mais próximo, como a do “General José Inácio de Abreu e Lima (1796-1869) [...] visitara os Estados Unidos e adquirira grande respeito pela Bíblia e adotara um conceito ecumênico do Cristianismo” (Ferreira, 1992, p. 79). Sendo ele general, é razoável considerarmos uma troca de ideias com o Imperador, sobre essa “visão ecumênica”. David Gueiros Vieira também deu vislumbre sobre um Pedro II diferente de seus antepassados católicos, pois ele frequentava pouco as missas (Vieira, 1980, p. 36).

6. O político ambíguo

Tudo isso criou o que Gilberto Freyre chamou de modo “protestante”, ao referir-se a D. Pedro, durante conferência “por ocasião do centenário de nascimento do Imperador, em 1925 [em que] criticava D. Pedro II por ter assentado o governo do país nas bases equívocas da imitação dos mores [Morris?] da Inglaterra vitoriana e da importação do liberalismo” (*apud* Feldman, 2015, p. 1156). A associação com o protestantismo foi além, como no contraste a liturgia do catolicismo:

Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. E à testa da monarquia brasileira, igreja manuelina a pedir missas solenes mais do que sermões moralistas, ele nos dá esta ideia melancólica: a de um pastor protestante a officiar em catedral católica. Na verdade ele não officia: o litúrgico lhe parece desprezível. Apenas sermoniza, moraliza, prega – tudo isso mediocrementemente. (Freyre, 2015, p. 122)

Se não se apegava ao liturgismo católico, também era consciente de não poder prender-se à ortodoxia protestante, porque, afinal, era homem público, fazendo questão de demonstrar isso, como na ocasião da introdução do espiritismo francês no país, não por ele, mas com sua anuência. Fernandes, em *As Origens do Espiritismo no Brasil* (2008), pesquisou as relações discretas entre os adeptos da nova religião, a família do monarca e os que lhe eram próximos: “[...] nossos magistrados, o Imperador D. Pedro II e a princesa Isabel, a população, o clero, os jornais, enfim, todo mundo queria saber ou algo falar dessa doutrina que aqui chegava com pretensões de ficar” (Fernandes, 2008, p. 77). Na mesma obra, a nota 117, se não nos fala do humor da Princesa, revela os bastidores da religião na Corte:

D. Pedro II recebeu alguns espíritas que o procuraram por terem sido vítimas de perseguições da parte da polícia, que por sua vez estava “a cumprir ordens” do clero. A princesa Isabel soube das reuniões espíritas e manifestou interesse, pedindo a amigos para que fizessem certas perguntas aos espíritos para ela. (Fernandes, 2008, p. 77)

Em sua primeira viagem internacional, em locais onde havia sinagogas, como Nova Iorque e São Francisco,⁴⁰ ou na segunda viagem, estando em São Petersburgo ou em Samaria, D. Pedro II fez questão de visitá-las e travar contato próximo com seus líderes (considere-se o caráter não oficial das três viagens internacionais). No estrangeiro, ele não era o Imperador laico, mas o brasileiro Pedro de Alcântara, de tradição católica, mas aberto ao diálogo. Na Ásia Menor (atual Turquia) e na Palestina, visitou os colégios americanos dirigidos por protestantes, como vimos. O que o levou à região foi a curiosidade despertada pelas traduções da Bíblia, mas não deixamos de notar a devoção intensa, nas participações em missas nos primeiros horários.

Internamente, com a Igreja Católica formada por clérigos indisciplinados e com fraco preparo intelectual (Carvalho, 2007, p. 151),⁴¹ alguém do espírito ávido por conhecimento, era natural que D. Pedro II não se encantasse pela ladainha paroquial da religião majoritária, cujos oficiais recebiam seus vencimentos de um Imperador que valorizava a *res publica*. O episódio da igreja de Santa Ana, em Jerusalém, dá conta dessa preocupação do monarca. Sendo o catolicismo a religião do Estado, e D. Pedro II um católico declarado, procurou não tomar decisão política que o levasse a ser visto como um Imperador cristão heterodoxo. No entanto, no episódio conhecido como a “questão religiosa” (Barman, 1999, p. 253; Besouchet,

1993, p. 247s.; Schwarcz, 1998, p. 684), Pedro II, que normalmente procurava neutralidade nas decisões como homem público, decidiu contra a Igreja.

Os episódios sobre a proposta de reforma do falho sistema eleitoral (Barman, 1999, p. 251) fizeram-no resistir a mudanças políticas profundas. Perto do final de sua vida ele declarou: “Eu sempre fui contra o sufrágio universal e a favor de votos para todo aquele que demonstrasse habilidade para ler e escrever, particularmente por causa do efeito que isso poderia ter sobre a educação primária” (Barman, 1999, p. 252). No Brasil de 1870, muitos eleitores não liam nem escreviam. Numa visita que fez ao Liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, observou escravos livres, matriculados, aprendendo a ler, escrever e fazer contas. Numa classe, ele aplaudiu esses alunos e comentou sobre o seu desejo e “sua imensa satisfação em vê-los no caminho no qual um homem do povo estava se esforçando para aprender como se tornar, eventualmente, útil ao país⁴² e à sua família” (Barman, 1999, p. 252; trad. livre).⁴³

Então, podemos falar em perfil religioso regendo suas decisões? As reformas que o Imperador queria promover tinham características de uma reforma nos moldes liberais europeus protestantes, privilegiando a meritocracia, ou ao menos o círculo próximo, “os artistas do imperador”, os literatos e acadêmicos que circundavam o monarca [e] constituíram um grupo singular que acumulava prêmios e cargos de destaque na política do Segundo Reinado” (Schwarcz, 1998, p. 241), isto é, grupo diverso do clero local. Ao impedimento da reforma política, na primeira metade da década de 1870 (de perfil protestante), Barman viu uma subordinação aos dogmas da Igreja (Barman, 1999, p. 253). Se ele mostrava um comportamento autônomo em relação aos costumes, também mantinha o interesse na preservação dos mesmos costumes; se ele tinha interesse pela disciplina moral que a religião provia, também estava pronto a aceitar o trânsito de ideias e a abertura ampla para a ciência, a despeito das características restritivas da religião oficial (Barman, 1999, p. 253; Besouchet, 1993, p. 34).

Se D. Pedro II foi ambíguo na política, foi independente na religião. Participar de todas as celebrações do calendário católico era seu papel como monarca para uma população vinculada a tal tradição. Se, no quarto simples de Hotel Bedford, em Paris, onde morreu a 5 de dezembro de 1891, tinha à cabeceira um crucifixo pequeno, vejo nisso algo natural para um monarca de ascendência católica, no final do século XIX. Penso que foi Besouchet quem melhor articulou a presença do crucifixo à cabeceira,

no final da vida e os esforços por acondicionar à própria vida e função o que havia absorvido do estudo dos clássicos, como Tácido, Zenão, Platão, Virgílio, Horácio, Fénelon, Lucrécio, Heródoto, Marco Aurélio (a que foi comparado), além dos contemporâneos, como Darwin, Renan, Wagner, Pasteur e tantos outros: “No profundo de seu ser, o Imperador procurava uma conciliação entre o irracional da fé e o cientificismo de suas crenças. ‘Sou religioso’, confessava, ‘porque a moral, condição da inteligência, é a base da ideia religiosa.’” (Besouchet, 1993, p. 34).

Considerações finais

As observações que fizemos não esgotam novas possibilidades de investigação, nem no que toca às características aqui apontadas, nem a novas categorias. Por exemplo, na parte da viagem à Palestina, sequer demarcamos o campo religioso e as relações que fez entre pontos geográficos e passagens das Escrituras, ou o conhecimento das Artes, quando identificou determinados sítios e os associou a uma obra, autor ou dado histórico conhecido. O mesmo se pode dizer da observação que fez da fauna e da flora local. Eu mencionei, por exemplo, o desenho de melros no Mar Sabba, mas D. Pedro registrou tantos outros animais, vegetais, a arquitetura e a vida econômica. Sem falar no bom humor que deixou entrever, ao registrar no *Diário* os diversos tombos que os membros de sua comitiva levavam dos cavalos, as mulheres inclusive, além do susto que ele tomou, ao quase despencar num abismo.

Consideramos que o *Diário* pode ser qualificado como uma fonte híbrida, uma vez que é diverso na coleção de temas. Além de dados técnicos (medidas, distâncias, valores etc.), históricos, geográficos, teológico-religiosos, há o que Karen Lisboa chamou de “um estudo de cunho por assim dizer sociológico” (Lisboa, 2011, p. 63), em que a trajetória orientou a narrativa, além de *traduzir* para o leitor, comparando, como por exemplo, a largura do Jordão ao bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro. Não era um etnógrafo no sentido estrito, mas estava ciente de que era preciso registrar e procurou fazer da melhor maneira.

D. Pedro II não foi “viajante de lareira”. Sua obra inscreve-se no nível dos melhores relatos de seu tempo, à medida que foi bem informado e conversou com as pessoas, questionou e refletiu, ou ficou a “pensamentear até dormir”, como escreveu. Ele também combina observações a croquis e desenhos variados, e *criticou* informações que recebeu, inclusive sobre superstições católicas, diferente de relatos

que tenho analisado em minha pesquisa com outros autores analisados. Vemos isso, por exemplo, quando chegou a Malakah, uma aldeia próxima ao Vale de Hule, no limite das montanhas do Líbano. Ali ele escreveu que o ponto branco mostrado por seus guias era “o túmulo de Adão *para esta gente*” (Faingold, 1999, p. 53; ênfase acrescentada), o que mostra ser cético em relação a superstições católicas correntes.

Por fim, eu arriscaria inscrever esse viajante numa tipologia *também* híbrida, tal qual sua obra. Se não foi um naturalista de ofício (não por necessidade financeira, mas por gosto pessoal) demonstrou conhecimento amplo e interesse no cenário local, tendo feito suas coletas. “Em 1887, D. Pedro II criou por decreto a Estação Agrônômica de Campinas, Estado de São Paulo, que se tornou o Instituto Agrônômico de Campinas, para estabelecer critérios técnicos e científicos para o cultivo do café na região” (Khatlab, 2015, p. 67). Sua vocação pessoal e o uso que fez de sua posição política foram uma combinação apropriada e deram uma contribuição positiva.

D. Pedro II não era *comerciante*, como tipificação de Lisboa. Agiu como *diplomata*, tendo interferido na cultura e na educação e contribuído para isso por meio de suas doações. Ambas as características orientaram a composição de seu texto e fizeram a fusão das suas motivações. Seu interesse primário e pessoal *declarado* no bem-estar social, como no caso das crianças palestinas, arriscaria dizer, era fruto de um pensamento cidadão; seria exagero dizer que por influência religiosa. Recusou, quando possível, todas as cerimônias de recepção, apelando a que o chamassem, simplesmente, Pedro d’Alcântara: “Um peregrino sem ostentação e sem fausto, simplesmente D. Pedro de Alcântara” (Bragança, 1966. p. 153)⁴⁴. As circunstâncias da Palestina moveram a *personalidade pública* à ação, de modo que, não se tendo furtado, engrandeceu a sua presença, como já havia feito na Europa, a ponto de ser aguardado em diversas cidades e ter sido reconhecido por ingleses, que o cumprimentaram à porta de Jafa, com um *how do you do Sir* (Faingold, 1999, p. 33).

No campo da religião, há muito o que organizar das ideias e escritos que deixou. Por ora, não penso que a ancestralidade real católica, nem o comportamento com inclinação protestante, que incomodou a Freyre, deva ser definitivo, nem prevaemente sobre o perfil de D. Pedro II. Nesse sentido, concordo com Ernest Renan (*apud* Besouchet, 1993), que exerceu influência sobre o seu pensamento:

A fonte de todos os males não era o sistema social, e sim o egoísmo e o amor exagerado à propriedade. Chegado a essa etapa de consentimento íntimo, o Imperador estava amadurecido para aceitar a tese renaniana de que “a religião irrevogavelmente se transforma numa questão de gosto pessoal”. (*apud* Besouchet, 1993, p. 34)

Referências bibliográficas

- BARMAN, Roderik J. *Citizen Emperor – Pedro II and the making of Brazil, 1825-1891*. Stanford (California): Stanford University Press, 1999.
- BATISTA DO SANTOS, Rev. Geraldo. *Sesquicentenário do Congregacionalismo Brasileiro 1855-2005*. João Pessoa: JRC, 2006.
- BENSINGER, Gad J. *Palestine in German Thought and Action 1871-1914* (1971). *Dissertations*. Paper 1162. Disponível em <http://ecommons.luc.edu/luc_diss/1162>. Acessado em 21.01.2017.
- BESOUCHET, Lídia (1993). *Pedro II e o Século XIX*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, introdução, organização e seleção Servio Miceli, 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. “Dom Pedro II Peregrino na Terra Santa. In *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 190, jul/ago 1966. *Vozes*, 8 de agosto de 1966. Ver. I.H.G.B., v. 271, 1966.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II, ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- D’AVILA, Edson. *Assembleia de Deus no Brasil e a Política: uma leitura a partir do Mensageiro da paz* [dissertação em Ciências da Religião]. S. Bern. Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- ELIAS, Rodrigo. *Pedro II, o estranho. Contradições de um monarca republicano*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 8, n. 86, novembro de 2012.
- ELSNER, Jaś. The Itinerarium Burdigalense: Politics and Salvation in the Geography of Constantine’s Empire. *The Journal of Roman Studies*, vol. 90, 2000, p. 181-195. New York: Society for the Promotion Published of Roman Studies.
- FAINGOLD, Reuven. *D. Pedro II na Terra Santa*, Diário de viagem – 1876. São Paulo: Sêfer, 1999.
- FELDMAN, Luiz. Organizar a Desordem: Raízes do Brasil em 1936. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, 2015, p. 1131 a 1168.
- FERNANDES, Paulo César da Conceição. *As origens do Espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)*, Dissertação [Sociologia]. Brasília: UnB, 2008.
- FERREIRA, Julio A. *Religião no Brasil*. Campinas: Luz para o Caminho, 1992.
- FREYRE, Gilberto. “Dom Pedro II, imperador cinzento em terra de sol tropical”. In *Perfil de Euclides e outros perfis*. São Paulo: Global Editoria, 2015. Visualização online disponível em <<http://bit.ly/2weVdPo>>. Acessado em 05.09.2017.

- HAUCK, João Fagundes *et alii*. *A Igreja no Brasil no século XIX: segunda época*, 3ª ed. (História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/2). São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1992.
- HUNT, E. D. *Holy Land Pilgrimage in the Late Roman Empire AD 312-460*. Washington: Dumbarton Oaks, 2003.
- KHATLAB, Roberto. *As viagens de D. Pedro II – Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876*. São Paulo: Benvirá, 2015.
- LISBOA, Karen Macknow. *Mundo novo, mesmo mundo; viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MALATIAN, Teresa. *D. Luís de Orleans e Bragança: Peregrino de Impérios*. S. Paulo: Alameda Editorial, 2010.
- MARTINS, Mário. *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, 2ª ed. Lisboa: Edições Brotéria, 1957.
- MATOS, Alderi Souza de. *Robert Reid Kalley, pioneiro do protestantismo missionário na Europa e nas Américas*. São Paulo: Fides Reformata, VIII, n. 1, 2003, p. 9-28.
- MUKADDASI, *Description of Syria, including Palestine Mukaddasi (Circ. 985 A.D.)*. Translated from the arabic and annotated by Guy Le Strange. London, 1896.
- NASCIMENTO, Mariana B. *D. Pedro II e a Construção de um “Projeto Civilizatório” no Brasil: investigação e catalogação de sua correspondência com artistas e cientistas de língua alemã*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2007.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Aspectos da Litteratura Colonial Brasileira*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1896.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. *O Movimento da Independência 1821-1822*. Cayeiras: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922.
- PIRES, Mário Jorge. *Raízes do Turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX*, 2ª ed. Barueri: Manole, 2002.
- Reily, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1984.
- ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do passado – ensaio histórico do início e desenvolvimento do trabalho evangélico no Brasil, do qual resultou a fundação da “Igreja Evangélica Fluminense”, pelo Dr. Robert Reid Kalley. Primeira fase — 1855 a 1864*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Distribuição, s/d.
- RODRIGUES, Paulo Miguel. *A Questão Kalley numa perspectiva política e a importância de esclarecer equívocos (1838-1846): uma primeira abordagem*. Universidade da Madeira; Faculdade de Artes e Humanidades; Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais, 2016.
- SARTIN, Gustavo H. S. S. *Itinerarium Burdigalense uel Hierosolymitanum (Itinerário de Bourdeaux ou de Jerusalém): texto latino, mapas e tradução comentada*, in *Scientia Traductionis*, n. 15. Florianópolis: UFSC, 2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. *A arquitetura da alteridade, a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

¹ Indicamos uma síntese desses autores em Ilka Boaventura Leite, A visibilidade da cor, In *Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

² Para este artigo, utilizamos o Diário de Viagem de D. Pedro II pela Terra Santa (1876), cuja transcrição completa está na obra de Reuven Faingold, *D. Pedro II na Terra Santa – diário de Viagem – 1876*. São Paulo: Séfer, 1999. As citações diretas ao diário serão feitas como Faingold, 1999, acrescidas da indicação de página.

³ Ou Muqadasi nasceu em Jerusalém em 336 da Hégira (946 A.D.). Filho de Ahmad e neto de Abu Bakr, e “parece ter adquirido fama em toda a Síria como arquiteto” (Mukaddasi, 1896, p. iii).

⁴ O texto chegou a nossos dias em quatro manuscritos, copiados entre os séculos VIII e X. A primeira versão impressa data do século XVI e a última, data do século XIX (Sartin, 2014).

⁵ O *Itinerarium* é uma lista das principais estradas romanas, com indicação dos locais de assentamentos de suas tropas. São apontadas 17 rotas pelo Império Romano, além de vias laterais, todas públicas. Embora seja possível apontar imprecisões, ainda assim, é considerada uma importante obra pelos detalhes que traz. Antoninus Pius, Imperador romano nasceu em 86, em Lanuvium-Itália, e morreu em 161. O *Itinerarium* é atribuído a ele, cujos excertos foram publicados na forma impressa, pela primeira vez, em 1600 (Edit. Surit.), com a primeira tradução para o inglês de 1711. A obra trata da fundação de cidades do Império, suas leis e governo, de acordo com a política romana. In *Bibliotheca Britannica or A General Index to British and Foreign Literature*, vol. 1, Robert Watt. Edinburgh: Archibald Constable and Company, p. 36w.

⁶ Não confundir com outro peregrino, Antoninus Martir, do século VI.

⁷ Percy G. Adams. *Travelers and travel liars 1660-1800*. New ed. Nova York: Dover, 1980, p. 18.

⁸ Paxá é o título dado entre os turcos aos governadores de províncias do Império Otomano, e corresponde ao título de “Excelência” usado no Ocidente.

⁹ A frota aliada foi comandada pelo almirante Napier, em direção a Alexandria, e foi assinado um tratado, restaurando a Síria e a Palestina aos Otomanos, em Alexandria, em 27 de novembro de 1840 e confirmado pelo Tratado de Londres para a Pacificação do Levante, em 18 de julho de 1841 (Bensinger, 1971, p. 6-7).

¹⁰ Dr. Gad Jacob Bensinger, nasceu em Holon, Israel. Foi professor e ex-presidente do Departamento de Justiça Criminal da Loyola University Chicago, e autor de diversas obras.

¹¹ As peregrinações alemãs, durante o século XIX, pela Palestina foram pesquisadas na Alemanha. Uma das primeiras obras sobre o assunto foi a de Titus Tobler, *Bibliographia geographia Palaestinae*. *Zunächst kritische Uebersicht gedruckter und ungedruckter beschreibungen der reisen in Heiligen Land*. Leipzig: S. Hirz, 1867. O trabalho de maior autoridade sobre o tema foi a pesquisa de Reinhold Rohricht e Heinrich Meisner, *Deutsche Pilgerreisen nach dem Heiligen Lande*. Berlin: Weidmann Verlag, 1880. Uma edição condensada dessa obra foi publicada por Reinhold Rohricht, em 1900. Os nomes dos peregrinos alemães listados no livro ocuparam mais de 200 páginas. In Gad J. Bensinger, “Palestine in German Thought and Action 1871-1914” (1971), cap. 1, p. 1, n. 1. *Dissertations*. Paper 1162. Disponível em <http://ecommons.luc.edu/luc_diss/1162> e acessado em 21.01.2017. Além disso, há a obra do franciscano que serviu de guia para D. Pedro II na Terra Santa, frei Liévin de Hamme, que era natural de Hanover. Profundo conhecedor da região, foi autor de um roteiro para peregrinos em visita a Terra Santa, escrito em francês e publicado com o título *Guide Indicateur des Sanctuaires et Lieux Historiques de la Terre Sainte* (FAINGOLD, 1999, p. 78, n. 103).

¹² “A propriedade referida era a metade oriental do recinto conhecido como o Muristan. Originalmente pertencia aos Cavaleiros de São João. Quando Saladino ocupou Jerusalém, ele converteu o claustro do qual as freiras haviam fugido, em um asilo, chamado em árabe ‘Muristan’, nome pelo qual toda a área foi desde então conhecida” (Bensinger, 1971, p. 26, n. 78; trad. livre).

¹³ At the climax of the visit “a large piece of land” near the Church of the Holy Sepulchre was officially transferred to Prussia - a gift from the Sultan.

¹⁴ Khatlab informa que a “dotação imperial era de 800 contos de réis por ano, isto é, 67 contos de réis mensais, o que representava 3% da despesa do governo central em 1840, ano do final da Regência. Cabe ressaltar que d. Pedro II nunca aceitou aumentos” (Khatlab, 2015, p. 29).

¹⁵ Murilo de Carvalho informa que o navio americano se chamava *Hevelius*, e na partida do Brasil para os Estados Unidos foi comandado pelo capitão Markwell (Carvalho, 2007, p. 160). Roberto Khatlab confirma *Hevelius* (Khatlab, 2015, p. 111). O trecho dos Estados Unidos à Europa, foi feito a bordo do vapor *Russia*, da Cunard Line (Carvalho, 2007, p. 169). No ponto final, o Diário de D. Pedro II dá o nome de *Aquilla Imperial* à embarcação, o que pode indicar ter havido uma troca no trecho final da longa viagem. Bragança (1966, p. 151) concorda que a partida do Rio de Janeiro ocorreu a bordo do *Hevelius*.

¹⁶ A afirmação está na página de apresentação à obra de Faingold (1999), escrita por Edmund Safdié, em página sem numeração.

¹⁷ “Por que vocês se preocupam com roupas? Vejam como crescem os lírios do campo. Eles não trabalham nem tecem” (Mateus 6.28, *Nova Versão Internacional* [NVI]).

¹⁸ Além da afamada biblioteca do Imperador, seu pai, Pedro I, havia adquirido do Egito uma múmia, o que aponta para a qualidade do acervo à disposição de Pedro II. A informação sobre a Bíblia em francês foi dada por Faingold, por troca de *e-mail*, em 01.12.2017. Ferreira (1992, p. 78, n. 19) fala da versão francesa da Bíblia, impressa no Maranhão, em três volumes, entre 1845-7. O missionário escocês Robert Kalley, que chegou ao Brasil em 1855, utilizava e distribuía a versão bíblica do padre Antonio Pereira de Figueiredo, sobre que a Igreja Católica fazia propaganda, dizendo ser uma versão falsificada (Matos, 2003, p. 14).

¹⁹ Os cristãos maronitas são naturais do Líbano e seguem um rito próprio, oriental, prevendo a celebração da missa em aramaico. Reconhecem a autoridade papal da Igreja Católica Romana.

²⁰ Somente na parte Palestina da viagem foram feitos 45 croquis.

²¹ Holanda faz observação análoga sobre a descrição impressionada que a princesa Teresa da Baviera fez sobre D. Pedro falar quatorze idiomas e traduzir textos difíceis do hebraico. HOLANDA, S. B. *Capítulos sobre História do Império*. Org. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, Apud Sergio Romanelli (et. al.) D. Pedro II tradutor: análise do processo criativo. In *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 30. Florianópolis, 2012, p. 104.

²² O Novo Testamento foi escrito em *grego*, não em hebraico, e é possível que ambos tivessem familiaridade com esse idioma também (cf. Schwarcz, 1998, p. 239).

²³ Passou do capítulo 9, onde a vida do apóstolo Paulo começa a ser narrada e segue até o final do livro.

²⁴ *Mar Sabbas*, próximo a Jerusalém. Lá viveu o sírio João Mansur de Damasco ou João Damasceno (675-749), teólogo e doutor da Igreja Ortodoxa Grega. Escreveu a primeira crítica ao Islã. DAMASCUS, St. John of. *Writings, in The Fathers of the Church*, vol. 37 [*Fount of Knowledge*, parte 2, *Heresies in Epitome: How They Began and Whence They Drew Their Origin*]. Washington DC: Catholic University of America Press, 1958, p. 153-160.

²⁵ Penso ser oportuna uma análise do perfil psicológico aparentemente compulsivo do Imperador no que diz respeito a aquisição de conhecimento, disciplina rigorosa para leituras e traduções, entre outros pontos. É possível que o abandono do pai na infância e a orfandade precoce, o excesso de responsabilidades e pressão social sobre ele ainda muito cedo o tivessem levado a procurar uma fuga em tais atividades.

²⁶ *Diaconisas*, em grego significa *servas*. Ofício na hierarquia cristã da Igreja.

²⁷ Barão de Bordonha e Valnigra, é o atual chefe do ramo Saxe-Coburgo e Bragança, um dos ramos da família imperial brasileira.

²⁸ Se, para disseminar cultura e educação ou para aproximar apoiadores, é discussão à parte; havia cá, 80% de analfabetismo à época. Como mencionou Murilo de Carvalho, havia um “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (Carvalho, 2007, p. 56).

²⁹ Cfm. Profa. Dra. Angela Alonso, em entrevista *A proclamação da República*. Disponível em <encurtador.com.br/wFR27> e acessado em 06.12.2017. Univesp TV, 2013.

³⁰ Retornou ao Brasil em 1855, ficando apenas mais um ano. Junto com Tavares Bastos, foi responsável por influenciar o governo brasileiro a implantar uma linha a vapor entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque.

³¹ Escreveu, em coautoria com Kidder, *Brazil and the Brazilians Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*. 6ª ed. Boston: Little, Brown and Company, 1866. A obra foi amplamente divulgada nos Estados Unidos.

³² “A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. Cf. *Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 35.

³³ A primeira lei de imigração era de 1813 e concedia certa autonomia para as províncias ajustarem a possibilidade de imigração de não católicos.

³⁴ Vieira (1980, p. 24) relaciona a obra de A. R. Crabtree sobre os batistas no país, entre os anos de 1881 a 1906, portanto, no final do reinado de D. Pedro II, além de outras obras sobre os batistas em períodos posteriores.

³⁵ Os escritores do campo da teologia evangélica distinguem entre *protestantismo de missão*, a vinda ao Brasil de colonos ingleses (anglicanos e episcopais) e alemães (luteranos), estabelecidos especialmente no sul do país, cujos cultos eram realizados na língua de origem dos colonos; e *protestantismo de missão*, aquele que trouxe da Europa e dos Estados Unidos os presbiterianos, metodistas, batistas entre outros, os quais fizeram proselitismo entre os brasileiros e seus cultos foram realizados no vernáculo. O primeiro culto protestante realizado no país em língua portuguesa foi na Igreja Evangélica a 11 de julho de 1858, por Robert Kalley. “Mais tarde, em 18 de setembro de 1863, passou a chamar Igreja Evangélica Fluminense. Ela é considerada uma igreja genuinamente brasileira porque se destinava a trabalhos com nativos e seus serviços eram oficiados na língua pátria” (Matos, 2003, p. 19).

³⁶ É o historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, teólogo e escritor.

³⁷ Posteriormente, um filho seu, adotivo, João Gomes da Rocha, médico radicado na Inglaterra, foi missionário entre os judeus. Escreveu o livro *Lembranças do Passado*, que são as memórias do trabalho do pai.

³⁸ Os nestorianos, seguidores de Nestório, patriarca de Constantinopla, no séc. V, foram considerados um grupo herético pela igreja primitiva. Foi por meio deles que Muhammad, o profeta do Islã, conheceu e elaborou a crença de que Jesus não era filho de Deus, que foi condenada pelo Primeiro Concílio de Éfeso em 431.

³⁹ Rodrigues (2016, p. 32), especialista nas relações entre a Ilha da Madeira e os britânicos, contesta historiadores protestantes, dando uma perspectiva político-econômica, em vez de religiosa, para a “perseguição”: “Não há, contudo, qualquer suporte documental isento que nos permita afirmar que na residência de Kalley chegaram a assistir 600 ou mais pessoas ou para garantir que ultrapassaram o milhar aqueles que chegaram a ouvir as suas leituras e explicações, ou ainda que eram as centenas aqueles que, quase de uma só vez, fugiram, emigrando, por motivos religiosos. É certo, sabemos-lo porque existem provas documentais, que isto sucedeu, mas nunca atingindo os valores precipitadamente avançados por alguns autores”.

⁴⁰ V. Murilo de Carvalho, 2007, p. 164-5.

⁴¹ V. Roderick J. Barman. *Citizen Emperor*, 1999.

⁴² Exemplo disso, encontramos no Engenheiro André Pinto Rebouças, abolicionista, que, na partida de D. Pedro para o exílio, acompanhou-o para a Europa.

⁴³ O nova-iorquino *Harper's Weekly* publicou (1865) sobre a passagem de D. Pedro em sua primeira viagem. O jornal, que havia dado ampla cobertura à Guerra Civil (1861-1865), era crítico à escravidão. Seu *slogan* era *A Journal of Civilization*. O *cartoon* sobre o Imperador retratou-o ao lado da Imperatriz, sobre vista panorâmica do Rio de Janeiro, rodeado de cenas de escravos e vendedores ambulantes. Schwarcz (1998, p. 554) colocou a seguinte legenda para a foto: “Vista do Rio de Janeiro, capital do Brasil. D. Pedro e sua consorte; personagens urbanos em meio a um império escravocrata”.

⁴⁴ Embora, quando não o reconhecessem, dava um jeito de lembrar as pessoas de que era Imperador.

Recebido em 11/01/2018, revisado em 29/10/2018, aceito para publicação em 18/04/2019.